



O que é falso sobre *fake news*

Otavio Frias Filho

resumo

Este texto limita-se a apontar alguns aspectos do debate sobre as *fake news* (notícias falsas disseminadas pela internet), que permanecem, na opinião do autor, pouco esclarecidos e mal iluminados. Sua pretensão é pouca – não se tentará esboçar soluções aqui – e ao mesmo tempo muita, já que se trata de submeter o terreno da discussão a uma varredura preliminar que possibilite organizá-lo melhor.

Palavras-chave: *fake news*; jornalismo; internet.

abstract

This text focuses on pointing out some aspects of the debate on fake news which, according to the author, have remained poorly discussed or not well clarified. It does not aim much, as we will not try to come up with solutions here, but at the same time it aims a lot, as it seeks to look through all that has been discussed about it in order to organize it better.

Keywords: *fake news*; journalism; internet.

O

problema das *fake news*, notícias falsas que muitas vezes se disseminam pela internet, tem sido bastante debatido nos meios especializados e fora deles. Este texto estará limitado a apontar alguns aspectos desse debate que permanecem, na opinião do autor, pouco esclarecidos e mal iluminados. Sua

pretensão é pouca – não se tentará esboçar soluções aqui – e ao mesmo tempo muita, já que se trata de submeter o terreno da discussão a uma varredura preliminar que possibilite organizá-lo melhor.

O primeiro desses aspectos é que sempre houve, evidentemente, *fake news*. Quando os americanos puseram homens a caminhar sobre a Lua, em 1969, surgiu uma célebre e persistente onda de boatos segundo os quais aquelas imagens haviam sido forjadas em algum estúdio secreto e toda a expedição não passava de um embuste. No âmbito doméstico, quando uma septicemia derivada de provável falha médica matou o

presidente eleito Tancredo Neves, em abril de 1985, divulgou-se que na realidade ele fora vítima de um atentado, no qual teria sido ferida uma conhecida repórter de televisão, tudo devidamente dissimulado pelas autoridades para fazer a população acreditar na mistificação da doença alegada.

É provável que o estudo dessas versões fantasiosas, das quais se mencionam aqui apenas dois exemplos ilustrativos, capazes de embair a credulidade de muita gente por muito tempo, revele seus fatores desencadeadores e mecanismos de propagação. O que elas parecem ter em comum é a propriedade de se alastrar de modo principalmente oral entre camadas da população de menor instrução e informação, além de obedecer a roteiros em geral conspiratórios e delirantes.

A maioria das pessoas, em todas as épocas, tem vivido na obscuridade de um conhecimento precário, incipiente, manietado por todo tipo de preconceitos, cren-

OTAVIO FRIAS FILHO é diretor de redação do jornal *Folha de S. Paulo* e autor dos livros de ensaios *Queda Livre* (Companhia das Letras) e *Seleção Natural* (Publifolha).

lices e superstições. Desde o Iluminismo, uma camada crescente – uma classe média ilustrada – vem sendo formada sob influência do método científico e do racionalismo moderno, o que tende a resultar numa atitude mais criteriosa em face das informações disponíveis. Mas essa camada está longe de se tornar maioria.

Pode-se argumentar, e com razão, que a novidade não está nas *fake news* em si, mas na aparição de um instrumento capaz de reproduzi-las e disseminá-las com amplitude e velocidade inauditas. Ainda aqui o ineditismo é relativo, pois algo parecido pode ser dito sobre o advento da imprensa de tipos móveis. Ao escrever sobre o fervilhante ambiente panfletário das publicações impressas do século XVIII, o historiador Robert Darnton mostrou como era infestado de falsidades, plágios, imposturas e calúnias – de *fake news*, enfim –, cujos autores ficavam protegidos sob anonimato ou por pseudônimos. De forma semelhante ao que acontece hoje, era comum que os responsáveis por tais abusos escapassem a qualquer punição por estarem fora das fronteiras em que seus escritos haviam sido incriminados.

Um segundo aspecto que merece ser clarificado é a necessidade de especificar o que se entende por *fake news*. O termo vem sendo utilizado para efeitos de esgrima retórica, ou seja, para desqualificar versões diferentes daquela abraçada por quem o emprega. Nesse sentido mais permissivo, *fake news* passam a ser tudo aquilo que me desagrade, não apenas fatos que contemplo de maneira diferente da exposta, mas interpretações das quais discordo com veemência e opiniões que me parecem abomináveis. O que é *fake news* para um fanático é verdade cristalina para o fanático da seita oposta.

Marcos Santos/USP Imagens



Um entendimento assim permissivo poria em risco o próprio cerne da liberdade de expressão, que consiste afinal na tolerância para com a livre circulação de noções detestáveis, versões distorcidas, enfoques parciais, sentimentos odiosos – seja porque nos parecem assim, seja porque o são de fato. Thomas Jefferson escreveu que o preço a pagar pelos benefícios da liberdade de imprensa é ter de tolerar a existência de maus jornais. De todas as liberdades, faz sentido que seja aquela que comporta menos restrições, por ao menos dois motivos.

As ideias formam um tecido contínuo, de tal forma que é difícil estabelecer linhas divisórias entre o que é legítimo e o que é indevido expressar. Sua livre manifestação garante à sociedade dispor de um amplo estoque de opções cuja utilização seletiva compõe a própria linha evolutiva dos costumes e da história – o que antes era inaceitável, amanhã poderá se tornar imperativo, e vice-versa. Quanto mais vigorosa a prática da liberdade de expressão numa sociedade, quanto mais densa a controvérsia entre opiniões variadas, mais livres e conscientes serão as decisões que ela vier a tomar.

Por isso, convém tipificar, como se diz em linguagem jurídica, o sentido da expressão. O termo *fake news* deveria ser compreendido como toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má-fé, neste caso, com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política. É prudente, tudo indica, isolar a prática, diferenciando-a da mera expressão de pontos de vista falsos ou errôneos, assim como do entrechoque de visões extremadas. Cabe também discernir entre a divulgação ocasional de notícias

falsas e sua emissão reiterada, sistemática, a fim de configurar a má-fé.

Um terceiro aspecto a merecer reparo é a facilidade com que se aceita que ao duopólio que hoje controla a internet – Google e Facebook – seja delegada a tarefa delicada de selecionar e censurar *fake news*. Nenhuma dessas organizações tem compromisso ou interesse de sustentar a liberdade de expressão, nem sequer a *expertise* necessária para discernir entre jornalismo de qualidade melhor ou pior.

Seu único propósito é aumentar o tempo de estadia do maior número possível de pessoas em suas respectivas redes e extrair delas todo tipo de informação que sirva a fins publicitários. O jornalismo é atividade irrelevante para essas empresas gigantescas, seja porque propicia receitas comparativamente irrisórias, seja porque o exercício da independência editorial gera atritos com governos, especialmente os autoritários, atritos que essas empresas se apressam a evitar. Seu comportamento tem sido quase sempre de docilidade em relação a autocracias como a chinesa e a russa. Por questões de imagem, docilidade semelhante prevalece sempre que surge algum *lobby* bem organizado de usuários clamando por alguma causa politicamente correta.

O que faria sentido exigir seria que o duopólio fosse compelido a adotar uma verdadeira política de transparência que permitisse ao menos alguma supervisão sobre suas atividades, hoje inexistente. É que a Justiça fosse dotada de mecanismos mais ágeis que possibilitassem punir os responsáveis pela divulgação mal-intencionada de noticiário inverídico e monitorar as exclusões determinadas pelas próprias empresas digitais. Um longo trajeto a percorrer, como se pode deduzir.

Grandes contingentes de pessoas continuarão expostas, enquanto isso, a *fake news*. A imprensa profissional, que adota critérios rigorosos para apurar e publicar notícias, continua sendo o farol a iluminar as fronteiras, sempre fluidas, entre o falso e o verdadeiro. Mas a maioria das pessoas ainda tem pouco acesso a esse tipo de jornalismo (mesmo que a era digital tenha multiplicado em várias vezes o público que desfruta desse

acesso) e nem sempre se mostra capaz de distingui-lo de outras fontes suspeitas ou simplesmente mentirosas.

Em última análise, o mais eficiente anteparo contra as *fake news* – a melhor barreira de proteção da veracidade – continua sendo a educação básica de qualidade, apta a estimular o discernimento na escolha das leituras e um saudável ceticismo na forma de absorvê-las.